

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
29ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2024/2025

1 **ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2025.** Ao quinto (5º) dia do mês de
3 Julho do ano de 2024, às 14h, reuniram-se, de forma totalmente virtual.
4 Conforme convocatória enviada através do grupo virtual do plenário em
5 02/07/2024 e atingindo o quórum mínimo necessário, foi declarada aberta a 29ª
6 sessão ordinária do Conselho Estadual de Cultura - CONEC. Em virtude das
7 ausências justificadas do presidente e do vice-presidente, assumiu o exercício
8 da presidência, o senhor **PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO** conforme
9 determina a Lei nº 5.417 de 17 de Março de 2021. Para auxiliá-lo nos trabalhos
10 foram convocados o conselheiro titular da cadeira de Dança, **MARCOS ANDRÉ**
11 **DURAND PEREIRA**, e o representante da cadeira Afrodescendente,
12 **WELISSON BRITO BATISTA** para compor a mesa diretora. **O secretário**
13 **Interino** informou que estavam presentes, além dos membros da mesa diretora,
14 representando a cadeiras da SEC, os conselheiros conforme lista
15 anexa. Agradeceu a presença da Assessoria Técnica de Políticas Culturais,
16 **Luciane Ituassú.** **O PRESIDENTE** informou que durante a reunião até o final do
17 dia, os suplentes não teriam direito a voz e voto. Após isso, nos **assuntos**
18 **gerais**, os suplentes poderiam se manifestar, e suas intervenções seriam
19 registradas em ata. O expediente foi suspenso nesta sessão. Registrou o pedido
20 da **conselheira suplente Luana Mayara S. Monteiro**, que formalmente solicitou
21 a compatibilização do cargo de suplente na cadeira de Cultura Indígena para
22 poder participar de editais como artista e fazedora de cultura. O e-mail de Luana
23 Mayara, datado de 2 de julho, foi lido para ciência de todos os presentes. Após,
24 deu-se início aos trabalhos desta plenária. Devido à extensa pauta do dia, **O**
25 **PRESIDENTE** gostaria de confirmar se todos receberam as cópias das atas das
26 sessões 24, 25, 26, 27, 28, e se há alguma ressalva a ser feita na versão final
27 apresentada. Todos confirmaram ciência do recebimento das atas. **O**
28 **PRESIDENTE** perguntou se todos estavam cientes, considerou o silêncio como
29 uma confirmação. Após verificar que todos estavam informados, ele declarou
30 que as atas estavam aprovadas pelo plenário. Ele também destacou que aquele
31 era o momento para qualquer pessoa se manifestar, se necessário. Após a
32 aprovação das atas, ele determinou que fosse feito o arquivamento na Secretaria
33 Geral do CONEC para registro futuro. Com isso, todas as atas de 2023 foram
34 aprovadas. Devido à extensão da pauta para esta sessão, o item de proposição
35 foi retirado, e a reunião prosseguiu para a ORDEM DO DIA. O conselheiro André
36 Durand informou sobre os itens da ordem do dia: 1. Devolutiva do CONEC
37 quanto ao quadro de valores das ações do CETAM. 2. Planejamento das Ações
38 do CETAM: municípios, roteiro, equipe e imersão. 3. Devolutiva do CONEC
39 quanto ao quadro de valores dos editais da PNAB e o ofício. 4. Cronograma,
40 consulta pública e editais PNAB. 5. Deliberação das alterações de projetos e e-



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

41 mails enviados no dia 20/06/2024, retirando de pauta e agendando reunião para
42 o dia 10/07 às 14:00. 6. Saldo atualizando a LPG. 7. Atualizações dos editais
43 Mestres e Mestras, edital de audiovisual valor remanescente da LPG. 8.
44 Formação da comissão legislativa: Atualização da lei do CONEC. Devolveu a
45 palavra ao presidente. **O PRESIDENTE** sugeriu a supressão do item 5 da pauta,
46 que trata da deliberação das alterações de projetos, devido à necessidade de
47 dedicar uma reunião específica para esse tema, considerando que poderia
48 demandar muito tempo. Ele mencionou que todos receberam um e-mail
49 contendo um relatório elaborado pela doutora Anne Paiva. É um texto corrido,
50 no qual fez todas essas alterações solicitadas. A sugestão é suprimir essa pauta
51 nesta sessão e marcar uma reunião extraordinária para o dia 10, quarta-feira da
52 semana seguinte. **O conselheiro André Durand** complementou, destacando
53 que houve uma proponente que está enfrentando problemas de saúde devido a
54 questões climáticas e a falta de elenco em seu projeto e gostaria de remanejar
55 esse projeto para um outro município. Ele sugeriu que o assunto fosse discutido
56 na reunião marcada para o dia 10. Em seguida, propôs uma votação para
57 suprimir o item 5 da pauta, que tratava da deliberação das alterações de projetos,
58 conforme o e-mail enviado para os senhores pela Secretaria do CONEC. **O**
59 **conselheiro Bjarne Furtado** propôs que o colegiado votasse sobre o
60 documento da Seduc na próxima reunião, antes da produção do edital. Ele
61 sugeriu que todos lessem o material que foi enviado por e-mail e se colocou à
62 disposição para discutir e acertar detalhes em uma próxima pauta, para
63 deliberação. **O PRESIDENTE** sugeriu que o tema proposto pelo conselheiro
64 Bjarne fosse incluído na pauta da reunião extraordinária marcada para o dia 10.
65 **Anne Paiva** esclareceu que para quaisquer outros pedidos de alteração de
66 propostas, é necessário seguir o trâmite estabelecido no edital e na nota técnica.
67 Os proponentes que desejarem fazer ajustes em seus projetos devem acessar
68 o link especificado, fazer o pedido de alteração para que seja gerado um
69 relatório. Posteriormente, o pedido será submetido a uma nova votação pelo
70 CONEC. Ela mencionou que, assim como o Conselheiro André Duran
71 mencionou o caso de uma pessoa interessada em realizar remanejamento, essa
72 pessoa também precisa seguir o procedimento adequado, submetendo o pedido
73 através do site, conforme fizeram os proponentes anteriores que já solicitaram
74 ajustes. **O conselheiro André Durand** solicitou que a doutora Anne Paiva
75 enviasse essa informação para todos os conselheiros, preferencialmente através
76 do grupo de comunicação, para que os proponentes que estão enfrentando
77 dificuldades possam ter acesso ao link necessário para fazer o remanejamento
78 de seus projetos. **Anne Paiva** respondeu informando que essas informações já
79 estão disponíveis no site e o link correspondente foi compartilhado no grupo
80 desde o início do ano. Mas poderá enviar novamente. **O PRESIDENTE** sugeriu
81 colocar os links na descrição do grupo, seria útil organizar essa informação de
82 forma acessível, considerando a quantidade de mensagens já enviadas. Disse
83 que é pelo sistema de inscrição, os proponentes devem acessar o sistema com



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

84 cadastro estadual, onde encontrarão um botão específico para fazer os pedidos
85 de alteração necessários. **Anne Paiva** concordou em compartilhar os links no
86 grupo, pois há um link diferente para cada edital. Ela mencionou que os
87 proponentes precisam lembrar qual edital passaram para fazer o pedido lá. **O**
88 **PRESIDENTE** sugeriu que os links fossem colocados na descrição do grupo
89 para facilitar o acesso e utilização contínuos. Em seguida, propôs colocar em
90 votação a supressão do item 5, referente à deliberação das alterações de
91 projetos, e a solicitação do conselheiro Bjarne Furtado de incluir o Memorando
92 da SEDUC na pauta do dia 10. **O conselheiro André Durand** deu início à
93 votação, solicitando aos presentes que levantassem a mão aqueles que
94 concordavam com a supressão do item 5 da pauta e o retorno dessa discussão
95 para o dia 10, seguindo a demanda do conselheiro Bjarne Furtado. Após a
96 contagem, ele registrou que 12 pessoas levantaram a mão, e assim a proposta
97 foi aprovada. **O conselheiro André Durand** prosseguiu, sugerindo ao
98 presidente que passassem para o item 1, considerando-o de caráter de urgência
99 conforme orientação anterior. **O PRESIDENTE** agradeceu ao secretário geral e
100 iniciou com a devolutiva do CONEC sobre o quadro de valores das ações do
101 CETAM. Ele propôs que o conselho votasse imediatamente na planilha
102 apresentada, para que a partir da semana seguinte pudessem iniciar a fase de
103 planejamento dessas ações em colaboração com o CETAM. Isso incluiria a
104 busca ativa e o estímulo ao CPF da cultura no interior. **O conselheiro André**
105 **Durand** comentou que não conseguia localizar o conselheiro Mike. **Symone**
106 **Farias** informou que o conselheiro Maick Soares só está registrando que nessa
107 data do dia 10, ele não vai poder participar por conta da festa do cacau. **O**
108 **conselheiro André Durand** sugeriu que o Conselheiro Mike conversasse com
109 sua suplente para repassar as informações e garantir que ela estivesse bem
110 preparada para essa questão. **O conselheiro Maick Soares** sugeriu que a
111 reunião do CONEC fosse realizada presencialmente em Urucurituba. **O**
112 **conselheiro André Durand** solicitou ao conselheiro Maick Soares que enviasse
113 um e-mail para o CONEC, incluindo detalhes sobre a logística em Urucurituba.
114 Ele sugeriu mencionar a possibilidade de realizar uma reunião itinerante do
115 CONEC em Iranduba, considerando a proximidade de municípios como
116 Itapiranga, Urucará, Itacoatiara, entre outros. **O PRESIDENTE** agradeceu ao
117 conselheiro Mike por estar presente na reunião mesmo durante o recesso,
118 destacando sua contribuição à plenária. Ele informou ao conselheiro André que
119 sua sugestão era excelente, porém no item 2 da pauta, havia a necessidade de
120 permitir algumas manifestações de pessoas interessadas. Sugeriu então que
121 aprovassem imediatamente o item 1, que trata das ações com o CETAM, e
122 depois abrir para discussões no item 2. **O conselheiro André Durand** pediu que
123 os conselheiros levantassem as mãos para registro e, após a votação,
124 prosseguissem diretamente para o item 2 para as manifestações. O item 1.
125 Quanto a devolutiva do CONEC em relação ao quadro de valores das ações do
126 CETAM. **O PRESIDENTE** informou que estão votando a segunda planilha



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

127 apresentada pela assessoria de políticas culturais, a qual foi debatida com os
128 titulares. Parte superior do formulário. **O conselheiro André Durand** solicitou
129 que os membros levantassem a mão a favor da proposta, para que ficasse
130 registrado. **O conselheiro André Durand** informou ao presidente que 12
131 pessoas levantaram a mão a favor, indicando a aprovação do item. Em seguida,
132 passou para o item 2 da pauta, que trata do planejamento das ações do CETAM,
133 municípios, roteiro e equipe de imersão. Ele pediu aos conselheiros que
134 baixassem as mãos. Aqueles que desejavam se manifestar sobre o item 2 foram
135 convidados a levantar a mão. **O conselheiro Elson Rocha** propôs que o
136 processo de votação fosse realizado de forma inversa: aqueles que fossem
137 contra a proposta deveriam manifestar sua posição para agilizar o andamento
138 da reunião. **O PRESIDENTE** mencionou que, no item 2 da pauta, identificou a
139 necessidade de realizar uma série de reuniões. Propôs as datas de terça e
140 quinta-feira da semana seguinte, 9 e 11, respectivamente, para realizar reuniões
141 presenciais, com a possibilidade de participação híbrida para aqueles que
142 estivessem no interior. Essas reuniões seriam imersões para o planejamento das
143 ações do CETAM, visando iniciar as atividades planejadas. Convidou os
144 presentes a se manifestarem caso tivessem algum comentário sobre essa
145 proposta. **O conselheiro Maick Soares** perguntou se a questão do CETAM seria
146 para tratar das capacitações. **Luciane Ituassú** explicou que o CETAM se refere
147 à destinação de 5% para operacionalização da PNAB. Ela destacou que, em
148 reuniões anteriores do pleno, foi discutida a necessidade de capacitações,
149 conforme levantamento do Ministério da Cultura. Ressaltou que há 36 municípios
150 no estado do Amazonas sem o CPF (Conselho, Plano e Fundo), indicando a
151 necessidade de sensibilizar esses municípios, conforme solicitado
152 anteriormente, considerando o desempenho do estado na época da adesão à
153 lei. Aquela mobilização maciça teve como objetivo garantir que todos, os estados
154 fossem 100% contemplados. Agora, é necessário levar essa devolutiva da ação
155 de sensibilização do CPF aos gestores municipais, identificando as áreas onde
156 há dificuldades. É importante encontrar maneiras de ajudar nesse aspecto, como
157 demonstrar melhorias e oportunidades para o desenvolvimento do CPF da
158 cultura nos municípios. Além disso, há a necessidade de focar na busca ativa
159 dos fazedores de cultura, especialmente nas áreas rurais e remotas. Devido à
160 logística desafiadora do estado, incluindo transporte limitado e acesso precário
161 à tecnologia, muitos fazedores nesses Nos interiores, nas calhas, são
162 frequentemente esquecidos. Assim, nas reuniões anteriores, foi discutido que
163 era necessário desenvolver uma metodologia para iniciar as inscrições dos
164 editais junto aos interiores. Neste sentido, foi criada uma abordagem focada nos
165 36 municípios que ainda não possuem CPF. O plano envolve a organização de
166 nove equipes, cada uma composta por agentes de sensibilização do CPF. Esses
167 agentes serão responsáveis por articular com os gestores locais e fornecer
168 suporte necessário para capacitar os fazedores de cultura. Além disso, um
169 representante do cadastro estadual da cultura estará envolvido na busca ativa e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

170 no processo de cadastramento, visando reconhecer e apoiar esses fazedores.
171 Pensou-se também na designação de uma pessoa para validar a identificação
172 heteroétnica, referente às etnias negra e indígena. Reconheceu-se as
173 dificuldades enfrentadas por essas comunidades no acesso à tecnologia. É
174 sabido que nos editais, essas validações ocorrem por meio de entrevistas online
175 e, por vezes, presenciais. Considerando a busca ativa dos participantes
176 presentes, seria vantajoso incluir uma pessoa para realizar a validação e
177 inscrição com critérios étnicos já confirmados para indivíduos afrodescendentes
178 e indígenas. Ela enfatizou a extrema importância dessa iniciativa como sugestão
179 para desenvolver a temática. Além disso, destacou a necessidade de
180 coordenadores de equipe para lidar com logística, como transporte, alimentação,
181 hospedagem e suporte geral. Em função disso, foi constatado que o estado, se
182 assumisse diretamente essa execução, teria que passar por licitação, o que não
183 seria possível dentro do prazo estipulado pela PNAB no momento atual.
184 Mencionou que muitos no setor público entendem os procedimentos necessários
185 para licitações e são conscientes da demora que esses processos podem
186 acarretar. Por essa razão, eles buscaram uma parceria com o CETAM, um órgão
187 especializado em contratação de qualificadores, capacitadores e orientadores. A
188 intenção é realizar essas ações em colaboração com o CETAM para viabilizar
189 as contratações necessárias. Luciane explicou que a operacionalização
190 envolveria 5% do orçamento, cobrindo custos como tributos e pessoal, que foram
191 detalhados em uma planilha apresentada aos conselheiros. Na outra reunião,
192 verificou-se se tudo estava conforme o planejado. O foco principal era a
193 formação da equipe e os assuntos em votação. O primeiro item tratava do
194 estabelecimento dessa equipe, enquanto o segundo item abordava o
195 desmembramento da ação, conhecido como Planejamento. Isso inclui
196 determinar quais equipes serão designadas para quais municípios. A proposta é
197 que cada equipe seja responsável por 4 a 5 municípios, dependendo da
198 localização. É necessário entender como seguir adiante com o plano. Devido à
199 logística envolvida, é crucial preparar um roteiro detalhado para orientar as
200 equipes durante sua chegada aos municípios, focando exclusivamente na
201 execução das propostas de trabalho. Ela ressaltou a importância de alinhar
202 previamente todas as etapas com os gestores locais para evitar surpresas. O
203 objetivo principal é que o estado chegue aos municípios com a primeira intenção
204 de sensibilizar os CPFs, destacando sua relevância. Simultaneamente, serão
205 realizadas atividades de busca ativa, heteroidentificação e cadastro estadual.
206 Além disso, já se permite também as inscrições nos editais do estado. O
207 planejamento requer tempo adequado para ser realizado com eficiência. Ela já
208 organizou e agendou uma reunião para os dias 9 e 11 de julho, às 14:00, na
209 sede da Secretaria, no gabinete, destinada aos participantes interessados em
210 iniciar as atividades planejadas. O presidente do Conselho, Pedro Cacheado,
211 mencionou previamente que esta reunião será conduzida de forma híbrida para
212 permitir a participação tanto presencial quanto online, atendendo à



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

213 disponibilidade dos envolvidos. Colocou-se à disposição para esclarecer
214 qualquer dúvida que ainda possa existir sobre o assunto.
215 **O conselheiro Maick Soares** expressou que não pôde participar da última
216 reunião, o que resultou em sua falta de informação atualizada sobre o assunto.
217 Ele destacou que a ideia proposta é fantástica, especialmente considerando o
218 período eleitoral. No entanto, ele ressaltou a importância de verificar as questões
219 jurídicas relacionadas ao projeto para garantir que não haja problemas. A
220 iniciativa desempenha um papel crucial na sensibilização e capacitação dos
221 gestores, o que ele considera excelente. Ele observou que há um aspecto
222 anterior a isso que precisa ser abordado: a preparação da equipe para as
223 inscrições nos editais. Até o momento, ele expressou que não houve
224 oportunidade para realizar audiências públicas ou oitivas com a participação dos
225 envolvidos do interior. Reconhece os esforços feitos até agora, incluindo a
226 abertura para participação através da internet, mas enfatizou a importância de
227 realizar essas audiências para ouvir as vozes das comunidades do interior antes
228 de lançar os editais da PNAB. Sublinhou que é essencial considerar essas
229 questões para garantir que todos os envolvidos sejam ouvidos e representados
230 adequadamente. Ele concluiu registrando seu apoio à iniciativa e valorizando
231 sua importância, ao mesmo tempo que destacou a necessidade de enfrentar
232 esses desafios para garantir um processo justo e inclusivo. **O PRESIDENTE**
233 explicou que, embora não justificando, está tentando visualizar o que poderia ser
234 feito em relação ao processo. Ele mencionou que a primeira oitiva foi realizada
235 durante o seminário, mas reconheceu que a divulgação foi um pouco apertada
236 devido ao prazo limitado para as inscrições no PAAR. Em seguida, ele
237 mencionou que foram realizadas oitivas por segmento. mencionou que houve
238 uma certa divulgação das oitivas, com pelo menos uma participação do setor
239 audiovisual do interior. Ele então perguntou se há alguma sugestão para
240 melhorar a inclusão e participação das regiões do interior. **Maick Soares**
241 respondeu ao presidente, destacando a necessidade de realizar esforços para
242 promover atividades presenciais ou híbridas em cada município. Ele reconheceu
243 que, apesar das dificuldades envolvidas, é crucial considerar a realização de
244 ações específicas adaptadas a cada localidade. Expressou compreensão de que
245 isso pode ser desafiador, mas enfatizou a importância de se comprometer com
246 essas iniciativas. Não podem lançar editais novamente e enfrentar a falta de
247 participação do interior. Por exemplo, há um projeto em andamento em
248 Urucurituba com um artista fantástico fazendo um trabalho notável. No entanto,
249 a não utilização dos recursos pelos próprios realizadores locais, com pessoas
250 vindo de Manaus, é complicada. Reconheço a importância do intercâmbio, mas
251 é crucial que aumentemos a presença e a participação do interior nos editais e
252 na capacitação. Se não nos esforçarmos agora, corremos o risco de apenas falar
253 sem efetivamente colocar em prática essas iniciativas. Sugeriu explorar
254 propostas como reuniões segmentadas por região ou encontros diários
255 dedicados a um município. Ele reconheceu a complexidade da agenda da



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

256 Secretaria, mas propôs uma colaboração com secretários municipais e
257 prefeituras do interior, além de buscar apoio junto ao presidente da associação
258 dos municípios. O objetivo é estudar ações que demonstrem esforço e iniciativa,
259 mesmo que alguns municípios não respondam inicialmente, visando estabelecer
260 propostas concretas e mostrar empenho no processo. **O PRESIDENTE**
261 considerou a sugestão de Maick muito boa sobre a realização de reuniões
262 presenciais em alguns municípios, mesmo que não seja possível cobrir todos.
263 **Maick Soares** mencionou que já utilizaram outros mecanismos, como a UEA,
264 que possui um sistema eficiente para alcançar o interior. Ele destacou que na
265 SEDUC também existem métodos que facilitam essa comunicação. Propôs a
266 criação de ações específicas por região e outras iniciativas similares para
267 melhorar o alcance. Reconheceu os desafios enfrentados, como problemas de
268 conexão à internet que podem dificultar a participação em reuniões, e enfatizou
269 a importância de encontrar soluções conjuntas para superar essas barreiras. **O**
270 **conselheiro Bjarne Furtado** sugeriu contribuir com a discussão, mencionando
271 que não está a par dos prazos envolvidos. Ele propôs que o conselho
272 protocolasse um documento junto à Seduc e utilizasse os recursos do **Centro**
273 **de Mídias de Educação do Amazonas (Cemeam)** que promove encontros e
274 informações com escolas e entidades de todos os municípios do Amazonas.
275 Sugeriu a possibilidade de redigir uma carta ou solicitação para estreitar essa
276 comunicação e potencialmente acelerar o processo, caso necessário. Parte
277 superior do formulário **O conselheiro André Durand** complementou a
278 discussão, referindo-se ao conselheiro Bjarne e ao ex-conselheiro do poder
279 público da Seduc. Ele mencionou que já havia iniciado o processo de
280 estreitamento das informações ao oferecer os espaços da própria Secretaria
281 dentro dos municípios. Sugeriu que o conselheiro Maick colaborasse com as
282 reuniões para abordar essas questões de transmissão via internet. **O**
283 **conselheiro Vanderley Pinheiro** cumprimentou a todos e destacou a
284 importância da fala do conselheiro Maick nesse contexto. Ele informou sobre o
285 recente decreto de previsão da vazante da seca, indicando que as perspectivas
286 futuras não são positivas, as empresas responsáveis pelo transporte de
287 contêineres já começaram a cobrar 2.500 dólares por contêiner, o que resultará
288 em custos elevados para todos. Ele expressou preocupação, mencionando a
289 longa luta em relação ao fator amazônico, e esperava que as ações planejadas
290 começassem imediatamente, juntamente com a conscientização do público do
291 interior. Ele acredita que essa região também merece participar desses recursos.
292 **Luciane Ituassú** esclareceu que, baseada na fala do conselheiro Maick,
293 entendeu que é necessário ouvir o interior para finalizar o PAAR. Ela propôs que
294 a pauta número 3, que envolve a aprovação da tabela de valores dos editais da
295 PNAB, seja aprovada para fechar o PAAR. Luciane destacou a importância de
296 buscar alternativas para ouvir o interior de forma mais direta neste momento,
297 reconhecendo os argumentos levantados pelo conselheiro. Ela mencionou que,
298 conforme os prazos estabelecidos e as escutas realizadas em maio e junho,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

299 houve participação significativa do interior, tanto presencialmente quanto online.
300 Destacou positivamente a presença de municípios como Tefé, Urucará,
301 Manacapuru e Itacoatiara, o que contribuiu de maneira significativa para as
302 discussões. Destacou que, claramente, nem todos os municípios foram
303 totalmente ouvidos até o momento. Nesse sentido, se houver consenso, será
304 necessário intensificar o envolvimento com o interior de forma mais ativa. Ela
305 considera que a pauta número 3 deve ser descartada, uma vez que não é
306 possível finalizar o PAAR sem uma consulta mais abrangente aos municípios do
307 interior. **O PRESIDENTE** esclareceu que o prazo final para colocar o PAAR em
308 vigor é até o final deste mês. **Luciane Ituassú** especificou que a data limite é 31
309 de julho, mas enfatizou que o trabalho não deve ser deixado para o último dia
310 devido às necessidades de publicação e inserção na plataforma, estabelecendo
311 o prazo máximo de 23 de julho para isso. **O PRESIDENTE** então sugeriu a
312 possibilidade de realizar uma nova oitiva, apesar de já terem realizado algumas,
313 para garantir um processo mais abrangente. Ele mencionou a importância de
314 considerar a viabilidade logística dessa proposta antes de decidir. **Luciane**
315 **Ituassú** levantou uma sugestão após considerar o que foi discutido pelo
316 conselheiro Maick. Ela esclareceu que a pauta número 3 se refere à aprovação
317 dos valores dos editais, sem abordar as condições de participação, dificuldades
318 de projeto ou acesso. Ela destacou a importância de ouvir o interior antes de
319 aprovar esses valores, questionando se é isso que o conselheiro deseja ou se
320 seria possível aprovar os valores inicialmente para então realizar escutas junto
321 ao interior até o final de julho. O objetivo seria abordar e explicar a legislação,
322 discutir as condições de participação e ouvir as dificuldades enfrentadas pelo
323 interior para identificar oportunidades de melhoria nos novos editais. Enfatizou
324 que está tentando encontrar uma forma de proceder de maneira eficiente nesse
325 processo. **O conselheiro Maick** expressou seu entendimento sobre a situação
326 e propôs uma solução para avançar na questão das oitivas no interior. Ele
327 sugeriu agendar uma oitiva com a UEA (Universidade do Estado do Amazonas)
328 ou com o centro de mídias da SEDUC, considerando que a instituição tem mais
329 capacidade de alcance em todos os municípios. Propôs programar essa oitiva
330 de forma estruturada, com uma data definida para poder mobilizar e divulgar a
331 participação do interior. Ele reconheceu os prazos estabelecidos, mas enfatizou
332 a importância de cumprir e implementar aquilo pelo que o conselho tem lutado.
333 É essencial considerar as particularidades e dificuldades enfrentadas pelo
334 interior, além de garantir que todas as vozes sejam ouvidas de forma
335 significativa. Ele mencionou as iniciativas semelhantes em Manaus, onde os
336 artistas participam das oitivas da ManausCult e da Secretaria de Estado,
337 proporcionando oportunidades para o interior ser ouvido. Embora a participação
338 até agora tenha sido significativa, não representa todos os municípios e suas
339 particularidades. Ele reiterou a necessidade de realizar uma grande oitiva,
340 envolvendo secretários municipais e demais interessados, para assegurar uma
341 abordagem inclusiva e eficaz. **O PRESIDENTE** agradeceu a contribuição de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

342 Maick e concordou com a necessidade de intensificar os esforços. Ele expressou
343 concordância quanto à possibilidade de fazer mais nesse sentido. Retomando o
344 tema em discussão, o presidente destacou a importância de definir as reuniões
345 para o planejamento das ações e os participantes da comissão responsável pela
346 busca ativa dentro do edital. **O conselheiro Bjarne Furtado** enfatizou a urgência
347 e a importância de agir rapidamente quanto à realização da oitava, que ele
348 considera essencial para democratizar o acesso à informação. Ele propôs que
349 seja protocolado um documento com o planejamento da proposta de
350 comunicação, incluindo a organização de um grupo de trabalho para elaborar o
351 que ele chamou de "cartela" para a transmissão no Cemeam. Concordou com a
352 sugestão anterior de Luciane sobre a necessidade de planejamento urgente,
353 dado o prazo iminente até 23 de julho. Ele enfatizou que, se o espaço do
354 Cemeam será utilizado, é crucial dar entrada no processo já na segunda-feira
355 seguinte para garantir a qualidade da transmissão e a participação efetiva dos
356 fazedores de cultura do interior. **O conselheiro Ludmar Kokama** abordou a
357 questão da realização de uma nova oitava, mencionando que apesar dos
358 esforços anteriores, não foi possível alcançar todos os fazedores de cultura do
359 estado do Amazonas, seja de forma online ou através da transmissão pelo
360 Cemeam da Seduc. Ele ressaltou que, considerando o prazo atual, restam
361 apenas 16 dias úteis (excluindo sábado e domingo) até a data limite de 23 de
362 julho. Expressou preocupação com a possibilidade de novamente enfrentarem
363 uma corrida contra o tempo para organizar tudo. **O conselheiro Bjarne Furtado**
364 destacou a possibilidade dos fazedores de cultura se beneficiarem das escolas
365 que recebem transmissões, permitindo que todos tenham acesso à
366 comunicação. No entanto, ele expressou preocupação com o prazo,
367 considerando-o muito curto para realizar todo o planejamento necessário.
368 Enfatizou a necessidade de iniciar o processo já na segunda-feira e garantir que
369 até a quarta-feira da mesma semana a equipe responsável pelo planejamento
370 esteja pronta para agir. **O PRESIDENTE** expressou sua preocupação com o
371 risco de atrasar o PAAR ao tentar realizar uma nova oitava às pressas. Ele
372 sugeriu consultar a Assessoria de Políticas Culturais para avaliar o que pode ser
373 feito dentro do prazo disponível. Destacou a importância de incluir o interior na
374 discussão e mencionou o apelo legítimo feito por Maick sobre a necessidade de
375 escutar e envolver os fazedores de cultura do interior. Ele propôs estudar a
376 possibilidade de realizar uma grande oitava intersetorial através do centro de
377 mídias, não apenas para esta ocasião, mas também para os próximos anos.
378 Finalizando, o presidente questionou se alguém mais gostaria de contribuir ou
379 se Anne tinha mais algo a acrescentar sobre o assunto em discussão. **O**
380 **conselheiro André Durand** expressou sua colaboração com o Conselheiro
381 Maick e a doutora Luciane da Assessoria de Políticas Culturais. Ele sugeriu que
382 O CONEC itinerante fosse dividido em três blocos e que o Conselheiro Mike
383 indicasse um município polo para essa iniciativa. Propôs esse diálogo em
384 conjunto com toda a Assessoria da Secretaria, visando a mobilização e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

385 organização do CONEC itinerante. Ele destacou a cidade de Barreirinha como
386 premissa para sediar o CONEC itinerante, com Parintins como segunda
387 possibilidade. Solicitou o apoio do presidente para resgatar os quatro módulos
388 de ação do CONEC que foram votados e enfatizou a importância da divisão e
389 organização do CONEC itinerante emergencial para facilitar as escutas
390 necessárias. **Luciane Ituassú** propôs que fosse realizado um planejamento para
391 fechar o Plano de Ação Anual Regional (PAAR), enfocando novas escutas no
392 interior. Ela mencionou a importância de verificar a disponibilidade do
393 Conselheiro Bjarne e da SEDUC planejou para segunda-feira, 8 de julho, a
394 elaboração de um cronograma com datas, horários e municípios para as escutas.
395 Na mesma segunda-feira, ela pretendia contatar informalmente a SEDUC para
396 verificar a disponibilidade de equipes e salas para essas atividades, garantindo
397 que não haveria conflitos com outros eventos. Depois de confirmar a viabilidade
398 com a SEDUC, ela propôs realizar as novas escutas na sexta-feira seguinte,
399 envolvendo todos os municípios simultaneamente em uma única sala,
400 dependendo da resposta positiva da SEDUC. Planejou enviar um ofício formal à
401 SEDUC até terça-feira para autorizar a viabilidade necessária. Na reunião
402 extraordinária de quarta-feira, ela pretendia apresentar o status da situação aos
403 participantes. Ela sugeriu que quarta e quinta-feira fossem usadas para mobilizar
404 os municípios do interior, garantindo sua participação na sexta-feira. Questionou
405 se a proposta era viável ou se era necessário mais tempo para alcançar o público
406 desejado. **O Conselheiro André Durand** mencionou que o Presidente e a
407 doutora Luciane deveriam considerar a proposta do Conselheiro Maick, que
408 destacou a importância de envolver não apenas os secretários e diretores dos
409 departamentos, mas toda a sociedade civil nas escutas, especialmente diante
410 da questão do fator amazônico e da estiagem atualmente observada. **Luciane**
411 **Ituassú** esclareceu que estava se referindo especificamente à participação da
412 sociedade civil, não mencionando os gestores municipais. **O Conselheiro André**
413 **Durand** acrescentou que a ideia proposta pelo Conselheiro Maick envolve a
414 presença direta ou a participação ativa da sociedade civil nas escutas. Ele
415 ressaltou que, mesmo entendendo a importância da prerrogativa mencionada
416 por Luciane, considera essencial que, dentro dessa premissa, seja escolhido um
417 município ou cidade pelo Conselheiro Maick. Isso permitiria que todos
418 pudessem estar presentes de forma eficaz e colaborativa nas atividades
419 planejadas. **Luciane Ituassú** esclareceu que, conforme mencionado pelo
420 Conselheiro Maick na fala do Conselheiro André, o período proposto para o
421 trabalho presencial junto aos interiores seria do dia 8 (segunda-feira) ao dia 19,
422 totalizando quase duas semanas. Ela destacou que as novas escutas seriam
423 realizadas até a próxima sexta-feira, dia 19, com o objetivo de concluir o PAAR
424 até segunda-feira, dia 23 ou 24, para posterior publicação. **O Conselheiro Maick**
425 **Soares** discutiu várias possibilidades para realizar as reuniões, considerando as
426 condições logísticas e tecnológicas. Ele mencionou que, se realizadas
427 presencialmente, seriam necessárias nove reuniões, uma em cada calha. Caso



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

428 não seja viável presencialmente, ele propôs realizar as reuniões de forma
429 centralizada, utilizando o Centro de Mídias da SEDUC ou a UEA para permitir a
430 participação de todos os municípios. Em resposta à fala do Conselheiro André
431 sobre o CONEC Itinerante, expressou que neste momento não seria viável
432 devido às limitações de infraestrutura, como a capacidade de transmissão para
433 outros municípios fora de Manaus. Ele destacou que muitos municípios do
434 interior enfrentam problemas com a conectividade de internet, mencionando que,
435 embora Urucurituba tenha uma torre de 5G, essa tecnologia ainda está em fase
436 inicial de implantação. Enfatizou a necessidade de tomar medidas imediatas
437 para garantir que todos sejam ouvidos, argumentando que adiar as ações
438 poderia resultar na percepção de que apenas Manaus foi beneficiada com as
439 iniciativas. Ele propôs problematizar essas questões dentro das possibilidades
440 viáveis para assegurar uma abordagem inclusiva e abrangente. **O PRESIDENTE**
441 decidiu suspender a pauta atual para que fosse feito um planejamento e
442 avaliação das possibilidades viáveis. Ele destacou a importância de contar com
443 a colaboração do fórum dos secretários para mobilizar essas iniciativas. Além
444 disso, sugeriu explorar a possibilidade de compartilhar recursos financeiros para
445 viabilizar a logística necessária, especialmente para desmembrar o Conselho e
446 alcançar todas as 9 calhas. Mencionou que seria necessário trabalhar
447 intensamente durante a semana seguinte para viabilizar essas ações. Ele propôs
448 a aprovação e definição dos participantes de uma comissão responsável pelo
449 planejamento das ações do CETAM, que se tornou o foco da pauta número 2,
450 mesmo que a reunião tenha tangenciado a pauta 3. Finalmente, solicitou que os
451 presentes manifestassem interesse em participar e confirmou que os dias 9 e 11
452 estavam reservados para o encontro. **Luciane Ituassú** mencionou inicialmente
453 o uso da caverna, que é a sala de reuniões localizada abaixo do salão Solimões.
454 No entanto, devido à ocupação dessa sala durante toda a semana, ela propôs
455 utilizar a sala de reuniões do gabinete para os encontros planejados. **O**
456 **PRESIDENTE** expressou o desejo de ter o máximo de pessoas presencialmente
457 para compreender melhor a dinâmica e o planejamento a ser realizado. No
458 entanto, ele enfatizou que seria implementado um formato híbrido, permitindo a
459 participação de pessoas que estiverem no interior e também externamente. Ele
460 indicou que a primeira votação seria sobre a composição das datas de
461 planejamento. Além disso, perguntou quem estaria interessado em participar
462 firmemente da comissão de planejamento das ações. **Luciane Ituassú** sugeriu
463 que fosse identificado imediatamente quem poderia participar, para que
464 pudessem entender o número de pessoas que prefeririam estar presentes
465 exclusivamente de forma presencial. Isso ajudaria a planejar adequadamente os
466 locais e a logística para ver se suporta. **O Conselheiro Dudson** expressou que
467 já confirmou sua presença nas datas propostas e enfatizou a importância de dar
468 celeridade ao processo para avançar nas pautas programadas. Ele lembrou aos
469 colegas conselheiros sobre a necessidade de focar em uma agenda positiva e
470 de avançar em questões como operação de legislação, entre outros temas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

471 importantes. Pediu desculpas àqueles que estão enfatizando a realização das
472 oitivas, sugerindo que essa campanha deveria ter sido iniciada anteriormente.
473 Ele destacou que cada município tem capacidade para realizar suas próprias
474 oitivas e trazer contribuições para inclusão nos trabalhos do conselho. Ele
475 argumentou que, nesta fase avançada, realizar oitivas por calha pode ser
476 desafiador e sugeriu que esse assunto seja discutido com os conselheiros e
477 adiado para a próxima reunião, onde poderá ser votado e deliberado de forma
478 mais adequada. Concluiu mencionando que, no próximo ano, poderão planejar
479 com mais antecedência e preparação, garantindo um processo mais delicado e
480 positivo para todos os envolvidos. **O PRESIDENTE** agradeceu aos presentes e
481 destacou que estão gerenciando bem o tempo disponível. Ele expressou sua
482 satisfação com o ritmo da reunião e encorajou todos a manterem a eficiência,
483 observando que ainda têm algum tempo disponível para avançar nas discussões
484 com celeridade. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** sugeriu que o Conselho
485 evite perder tempo, pois percebeu que estão patinando um pouco nesta pauta
486 específica. Destacou que é difícil satisfazer a todos, especialmente nas áreas
487 mais distantes, mas enfatizou a necessidade de avançar com o que está sendo
488 proposto na reunião. Ele também expressou seu interesse em participar dessa
489 reunião. **O PRESIDENTE** confirmou a participação dos conselheiros Dudson e
490 Vanderley. Em seguida, Wellisson Batista declarou que também estará presente
491 presencialmente na reunião. **O Conselheiro Maick Soares** expressou seu
492 interesse em participar, explicando que nos próximos dias estaria ocupado com
493 os preparativos para a festa do cacau, mas estaria disponível posteriormente.
494 Ele discordou de um colega conselheiro, argumentando que é contraditório
495 discutir políticas públicas que afetam o interior sem antes ouvir suas
496 necessidades. Ressaltou que essa questão já foi levantada em diversas reuniões
497 anteriores, onde ele e outros conselheiros registraram essa preocupação. Ele
498 reconheceu que o tempo está limitado, mas observou que houve uma
499 prorrogação do prazo que não foi aproveitada para ajustar o calendário ou incluir
500 esse tema na pauta. Destacou que qualquer política desenvolvida para o estado
501 do Amazonas precisa considerar as necessidades do interior, devido às
502 diferentes realidades locais. Enfatizou que sua preocupação não é apenas como
503 secretário, mas também como alguém atento às necessidades dos agentes
504 culturais nos municípios. Por isso, reafirmou que não é viável seguir como
505 planejado inicialmente, sugerindo mitigar essas dificuldades através de uma
506 reunião geral organizada em conjunto com instituições parceiras, como a
507 SEDUC. Salientou que essa reunião não necessita ser presencial em todos os
508 lugares, e que não é possível realizar reuniões individuais por calha. Propôs,
509 então, uma reunião ampla em uma data que permita a participação de todos,
510 enfatizando que, caso as pessoas não participem, isso não seria culpa deles,
511 mas o importante é cumprir com a iniciativa e responsabilidade de ouvir e atender
512 às demandas culturais dos municípios. **O PRESIDENTE** concordou com Maick,
513 reconhecendo a importância de tentar viabilizar a participação do interior. Ele



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

514 expressou que estão comprometidos em realizar os esforços necessários para
515 que isso ocorra. Além disso, mencionou seu desejo de estar presente nos
516 interiores e destacou que Álvaro está se inscrevendo como membro do
517 planejamento. **O conselheiro Álvaro Smont** confirmou sua participação na
518 reunião, destacando a importância de viabilizar os temas discutidos, dado o
519 atraso inicial no calendário. Ele enfatizou a necessidade de estratégias para
520 envolver e incluir todos os municípios, de modo que se sintam convidados e
521 integrados ao processo. Reconhecendo os desafios com a conexão de internet
522 na maioria dos municípios, sugeriu que uma possível solução seria realizar o
523 encontro na capital e convocar os representantes municipais para participarem.
524 Ele concluiu sua contribuição enfatizando a importância de encontrar a melhor
525 forma de garantir que todos sejam contemplados. **O PRESIDENTE** informou que
526 Maick Soares não poderá participar do primeiro ciclo, mas está previsto que ele
527 participe do próximo ciclo de planejamento. Ele também mencionou que tentarão
528 fazer um resumo ao final de cada reunião para manter todos atualizados e
529 alinhados com o planejamento. Em seguida, o presidente perguntou se mais
530 alguém gostaria de contribuir ou participar. **A conselheira Jordania Galdino**
531 expressou sua sensibilidade em relação à situação do interior, ressaltando que
532 frequentemente essas regiões são deixadas de fora das escutas. Ela mencionou
533 que todos os conselheiros presentes já estão no terceiro ano de mandato,
534 destacando a importância de lembrar o esforço inicial durante a Lei Paulo
535 Gustavo. Lembrou da força-tarefa significativa que foi realizada para realizar
536 escutas nos interiores, reconhecendo o papel dos gestores e prefeitos na
537 facilitação desse processo. Ela enfatizou seu compromisso pessoal ao deixar
538 sua família na capital para participar dessas missões no interior, demonstrando
539 seu engajamento e dedicação ao tema. Expresso sua sensibilidade em relação
540 à situação mencionada pelo conselheiro Mike. Ela destacou que, ao longo dos
541 três anos de mandato, apenas os conselheiros reeleitos têm participado
542 ativamente das visitas aos interiores, como ocorreu durante a implementação da
543 lei Paulo Gustavo. Lembrou da importância das forças-tarefas anteriores para
544 realizar escutas nessas regiões e agradeceu aos gestores e prefeitos por
545 facilitarem o acesso dos conselheiros da sociedade civil aos municípios do
546 interior. Destacou a importância de ouvir o interior do estado do Amazonas,
547 enfatizando que mesmo com os desafios de conectividade, é crucial encontrar
548 maneiras de realizar essas escutas nas diversas calhas. Ela expressou apoio à
549 iniciativa do conselheiro Mike e lamentou a ausência da conselheira Lucimar
550 Marques na discussão, destacando a relevância de incluir as vozes do interior
551 nas decisões do conselho. Também lembrou sua experiência no Conec, onde
552 priorizou questões do interior, como em Manacapuru, e agradeceu a Mike pela
553 articulação no fórum da problemática em Manacapuru. Ela argumentou contra
554 adiar novamente as escutas, defendendo que essas atividades deveriam ser
555 realizadas ainda este ano para garantir a inclusão e representação adequada
556 das comunidades do interior. lembrou que durante a vigência da Lei Paulo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

557 Gustavo, o tempo era limitado e houve um pedido de adiamento das atividades
558 relacionadas à PANAB. Ela expressou preocupação com a acomodação atual
559 em relação a essas questões, enfatizando que o ritmo de trabalho deveria ter
560 sido mantido para assegurar que as escutas no interior fossem concluídas
561 conforme planejado. Reconheceu a importância do apoio do poder público local,
562 como das prefeituras, mencionando a contribuição essencial da comunidade da
563 Taquara para facilitar a participação em reuniões como a realizada em
564 Itacoatiara. Ela enfatizou que é necessário redobrar os esforços para garantir
565 que as atividades propostas sejam efetivamente implementadas. **O**
566 **PRESIDENTE** mencionou que o Mestre camaleão havia anotado os nomes das
567 pessoas que participariam, e solicitou que, caso mais alguém desejasse se
568 manifestar, que repetissem os nomes para que o administrativo pudesse anotá-
569 los. **O conselheiro Wellisson Batista** mencionou que havia anotado os
570 seguintes nomes: os conselheiros Pedro Cacheado, Dudson Carvalho,
571 Wanderley Pinheiro, Álvaro Smont, Ludimar Kokama, e informou que Lucimar
572 Marques participaria online. Ele também incluiu seu próprio nome na lista e
573 mencionou que o conselheiro Maick Soares, o conselheiro camaleão e a
574 senhorita Érica também estariam presentes. **O conselheiro André Durand**
575 mencionou que a senhorita Érica disse que seria interessante se pudesse
576 colaborar, especialmente considerando seu interesse em conhecer o interior do
577 Amazonas. Ele ficou no aguardo de uma manifestação dela para incluir seu
578 nome. Em seguida, sugeriu ao presidente que pulassem para o item número 4
579 da pauta, sobre o cronograma e consulta pública da edição da PNAB, uma vez
580 que o item 3 havia sido suprimido. **O PRESIDENTE** informou que a sugestão da
581 Luciane é de suprimir o item 3, que trata da devolutiva do CONEC quanto ao
582 quadro de valores dos editais da PNAB, considerando que seria feita uma nova
583 escuta. **O conselheiro André Durand** questionou se essa decisão iria retardar
584 o processo, destacando a importância de votar sobre o assunto para evitar
585 atrasos. Ele propôs que a Assessoria de Políticas Culturais apresentasse uma
586 contra-proposta para chegar a um consenso e evitar que o processo fosse
587 prejudicado. **Parte superior do formulário**, a assessora **Luciane Ituassú**
588 explicou que a aprovação da tabela de valores está diretamente relacionada à
589 aprovação PAAR. Ao fechar os valores dos editais da PNAB, esses podem ser
590 transferidos diretamente para o documento do PAAR, permitindo assim a
591 finalização das ações que serão desenvolvidas. Os conselheiros presentes, que
592 trazem consigo as perspectivas do interior, estão requerendo que o Plano Anual
593 seja finalizado após novas escutas realizadas junto às comunidades do interior.
594 Portanto, não vê viabilidade em aprovar uma tabela de valores se ela não tiver
595 sido aceita nas escutas realizadas no interior. Disse que não sabe se é do
596 interesse dos conselheiros tomarem conhecimento dos valores, pelo menos
597 inicialmente. Durante as escutas realizadas, houve manifestações de
598 insatisfação em relação aos valores por parte dos segmentos. Foram feitos
599 ajustes na planilha que foi apresentada aos conselheiros. Mas considerando que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

600 a aprovação dela se configura na aprovação do PAAR, eu não vejo viabilidade
601 de aprová-la hoje sem ter ouvido os interiores, como desejam os conselheiros
602 presentes. Quando confirma isso, percebe que isso pode retardar o processo por
603 questão de dias. Parte superior do formulário Porque se houvesse a aprovação
604 da tabela hoje, eu poderia preparar o PAAR para segunda-feira, enviá-lo para a
605 imprensa, e a partir daí poderíamos inserir os valores na plataforma. Assim, já
606 seria possível trabalhar com os valores fechados e elaborar as minutas dos
607 editais. se atrasar um pouco mais, haverá também atrasos na elaboração das
608 minutas dos editais, na consulta pública e em todas as fases subsequentes do
609 processo. **O conselheiro André Durand** perguntou se, caso o pleno votasse
610 hoje levando em consideração a fala do conselheiro Maick, após a inserção na
611 plataforma, poderiam fazer ajustes ou remanejamento conforme necessário.
612 **Luciane Ituassú** explicou que é possível fazer o ajuste, como ela mesma
613 informou aos conselheiros nas primeiras escutas. A intenção ao pleitear a
614 prorrogação do PAAR pelos estados foi justamente evitar atropelos e a
615 necessidade de alterações futuras. Por isso foram realizadas novas escutas e
616 dado um prazo mais longo para a divulgação. Houve participação de alguns
617 interiores, mas ainda não é considerado suficiente, pois não alcança
618 completamente a base. É possível considerar essa questão, embora não esteja
619 sendo negada. A decisão final ficaria a critério dos conselheiros. **O conselheiro**
620 **André Durand** perguntou ao Conselheiro Maick Soares se ele ficaria satisfeito
621 se o pleno chegasse a um consenso e votasse de acordo com a fala da
622 Assessoria de Políticas Culturais, possibilitando um remanejamento ou ajuste
623 para atender à sua demanda, referente ao tão sonhado fator amazônico. Ele
624 propôs fechar essa questão e iniciar a votação para abarcar a opinião do
625 conselheiro. **O conselheiro Maick Soares** expressou que não se trata apenas
626 do tão sonhado fator amazônico, mas sim de um gesto importante para fazer
627 com que as pessoas se sintam valorizadas no processo de construção. Ele
628 destacou que não há problema algum e deixou a decisão nas mãos dos demais
629 presentes, mas ressaltou a importância do gesto. Votar agora e buscar
630 movimentar depois representa um gesto, enquanto parar, ouvir o interior e só
631 então enviar, representa outro gesto significativo. Ele enfatizou que é essencial
632 que a comunidade do interior se sinta importante nesse processo. Explicou que
633 não está sendo crítico ou desagradável, mas sim apontando para a necessidade
634 de mudar hábitos e práticas para evitar falhas recorrentes. **O conselheiro André**
635 **Durand** mencionou que um gesto é um gesto. Ele perguntou se Maick ficaria
636 satisfeito com a posição expressada pela doutora Luciane, para que pudessem
637 prosseguir com a votação e avançar no processo. **O conselheiro Maick Soares**
638 afirmou que já deu sua opinião e deixou a decisão a cargo de cada um,
639 destacando a importância do que cada um considera relevante. **O PRESIDENTE**
640 interveio para encerrar o item 2, onde o planejamento das ações foi aprovado
641 para as datas do dia 9 e do dia 11, e uma comissão foi formada para os membros
642 interessados em participar. Ele incentivou outras participações durante esse



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

643 período, sem mais dúvidas. Passando para o próximo ponto, ele expressou sua
644 compreensão de que uma vez aprovado em plenário, pode ser difícil retroceder.
645 Portanto, ele solicitou à doutora Luciane que mantivesse sua explicação sobre o
646 andamento atual das oitivas até agora, mas sugeriu que não colocassem em
647 votação até que o planejamento de escuta do interior fosse concluído. Desta
648 forma, todos estariam atualizados com o que foi coletado nessas duas primeiras
649 oitivas, e então poderiam avançar para os outros pontos de pauta. **O**
650 **conselheiro André Durand**, considerando a fala do presidente, pediu que
651 aqueles que votassem a favor e aqueles que fossem contra levantassem a mão.
652 **O conselheiro Dudson Carvalho** afirmou que não via necessidade de verificar
653 os valores, já que não seriam votados. Pois, se houvesse interesse em verificar
654 os valores, isso deveria ser feito de forma individual. **O conselheiro Ludimar**
655 **Kokama** destacou que tomaram posse em 10 de maio e que o prazo para o
656 PAAR com a PNAB era até 31 de maio. Ele enfatizou que tudo foi feito com
657 pressa e ressaltou a necessidade do apoio dos secretários e coordenadores de
658 cultura dos municípios para mobilizar essas ações. Mencionou que os
659 municípios também precisam estar motivados, pois houve pouca participação
660 deles nas escutas, tanto na primeira para fechar o PAAR em 31 de maio quanto
661 nas subsequentes. observou que os municípios não estão se mobilizando para
662 participar dessas discussões em nível estadual. Ele alertou que isso poderá
663 resultar em retrocessos. Enfatizou que, apesar dos avanços alcançados, a
664 situação continuará da mesma forma se não houver o apoio dos municípios. Ele
665 também destacou que sem a convocação pelas Secretarias municipais dos
666 agentes culturais locais para participarem dessas discussões estaduais, não
667 haverá progresso. **O PRESIDENTE** observou que há um impasse nesta pauta e
668 sugeriu que fosse discutido como encaminhar. Ele destacou que existe um apelo
669 legítimo vindo do interior e expressou preocupação de que fixar os valores agora
670 e depois revisá-los seria complicado. Por outro lado, ele reconheceu a
671 necessidade de celeridade no processo, considerando que já estão no segundo
672 prazo. Propôs buscar um meio-termo e equilíbrio para avançar neste ponto de
673 pauta. **O conselheiro Dudson Carvalho** reforçou o ponto levantado por Ludimar
674 sobre a importância das oitivas realizadas, destacando o esforço significativo da
675 Secretaria de Cultura (SEC) para garantir a participação dos interiores. Ele
676 enfatizou a necessidade de um esforço maior por parte dos secretários e das
677 secretarias para aumentar o envolvimento das pessoas nessas discussões.
678 Mencionou as duas oitivas realizadas, incluindo uma no Sambódromo que durou
679 três dias, seguida por outra na SEC, onde grupos foram ouvidos, e observou que
680 muitas pessoas do interior participaram ativamente. Ele expressou sua opinião
681 de que, embora defenda rigorosamente o envolvimento e os esforços feitos no
682 interior, não vê mais a necessidade de continuar com essas escutas, é hora de
683 avançar, lembrando que esse assunto não estava inicialmente na pauta para ser
684 discutido ou votado. Ele propôs que se votasse conforme as informações
685 fornecidas pelas doutoras ou que a votação fosse cancelada sem nenhuma



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

686 explanação adicional, deixando a decisão para uma próxima reunião. **O**
687 **conselheiro Maick Soares** expressou sua preocupação em relação à
688 participação e representação adequada das diversas regiões nas discussões.
689 Ele ressaltou que, sempre que a questão do interior for discutida nessas
690 condições, pretende solicitar a palavra novamente para compartilhar sua opinião,
691 juntamente com os conselheiros Ludimar e Dudson. Destacou a importância de
692 considerar quantas pessoas efetivamente participaram das consultas,
693 enfatizando que não se deve decidir com base na participação mínima. Ele
694 também levantou a questão da quantidade de fazedores de cultura em Manaus
695 e quantos deles participaram das oitivas, argumentando que é essencial avaliar
696 o peso e a representatividade de Manaus nas decisões. Além disso, pontuou que
697 não se pode marcar reuniões em locais como municípios e depois reclamar da
698 falta de participação do interior. Ele defendeu que reuniões com o interior devem
699 ocorrer no próprio interior, levando em consideração suas particularidades e
700 necessidades específicas. O conselheiro concluiu sugerindo que todos
701 reconheçam as falhas cometidas em relação a essas questões e trabalhem para
702 melhorar, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas de maneira justa e
703 representativa. É diminuir a problemática. Ele questionou a justificativa de não
704 haver escuta suficiente no interior, enfatizando que é difícil medir a participação
705 dessa forma. Segundo ele, é importante reconhecer que há questões
706 relacionadas à conectividade e logística que impactam diretamente a
707 participação das diferentes regiões. Mencionou um exemplo recente: o Ministério
708 da Cultura organizou um encontro voltado para gestores. Ele sugeriu que
709 eventos desse tipo poderiam servir de referência para melhorar a abordagem em
710 relação à participação e representação nas discussões. Destacou que apenas
711 seis gestores de um total de 62 municípios participaram do evento. Ele
712 mencionou que essa baixa participação exemplifica as dificuldades enfrentadas
713 ao marcar reuniões em prazos curtos, evidenciando questões de logística e
714 conectividade que foram comunicadas previamente à Secretaria e ao Ministério
715 da Cultura. Essa situação serviu como um alerta prático para o Ministério,
716 demonstrando na prática as dificuldades enfrentadas pelas regiões no interior.
717 Ele reiterou a importância de considerar esses desafios ao planejar futuros
718 encontros e eventos, garantindo uma participação mais ampla e representativa.
719 Sempre que o assunto for pautado nesse sentido, ele sente que a importância
720 atribuída é insuficiente. Ele argumentou que é crucial realizar um trabalho de
721 construção e agregação, reconhecendo que os gestores municipais também têm
722 responsabilidades nesse processo. Contudo, criticou a postura de alguns
723 conselheiros estaduais que, em sua opinião, não estão dando a devida
724 importância ao tema. Ele destacou a necessidade de todos os envolvidos
725 assumirem suas responsabilidades para promover uma participação mais efetiva
726 e inclusiva. **O PRESIDENTE** dirigiu-se ao secretário, solicitando que fossem
727 colocadas em votação duas proposições para avançar na discussão. A primeira
728 propunha retirar a pauta sem fazer explanação adicional. A segunda sugeria que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

729 Luciane fizesse uma explanação, com a votação dos valores adiada para uma
730 próxima reunião. **O PRESIDENTE** pediu para colocar em votação 2 proposituras.
731 Uma é de não fazer explanação e sublimar essa a pauta, tira de pauta. A outra
732 é Pedir a Luciane que faça uma explanação e que se vote numa outra reunião
733 os valores. **O conselheiro André Durand** solicitou aos presentes que não
734 concordassem com a primeira proposta do presidente que levantassem a mão.
735 Atendendo a pedidos, o **PRESIDENTE** reiterou que a primeira proposta é a
736 retirada da pauta. A segunda proposta era uma explanação pela assessora
737 Luciane e deixa a votação para uma reunião posterior. **O conselheiro André**
738 **Durand** colocou em votação e perguntou aos presentes quem concordava com
739 a primeira proposta, pedindo que levantassem a mão. **Luciane Ituassú**
740 esclareceu que a primeira proposta consistia em retirar a aprovação dos valores
741 do quadro de valores da PNAB da pauta. A segunda proposta é para que seja
742 apresentado os valores como se encontram apenas para conhecimento e
743 votação no momento futuro. É apenas sobre isso. **O conselheiro André Durand**
744 colocou em votação a proposta 2. Ele pediu aos presentes que concordassem
745 levantassem a mão. **O conselheiro André Durand** informou que a proposta 1
746 recebeu 5 votos a favor e a segunda proposta recebeu 3 votos, solicitando ao
747 presidente que sancionasse a decisão. **O PRESIDENTE** anunciou que o item
748 seria retirado da pauta, sugerindo que fosse considerada a sugestão de realizar
749 uma escuta ampliada da PNAB para atender às demandas das regiões do
750 interior. Ele mencionou que não houve outras considerações a respeito e que a
751 próxima pauta seria o cronograma de consulta pública dos editais da PNAB. **O**
752 **PRESIDENTE** anunciou que suspenderia a moderação por 10 minutos para
753 permitir discussões e posteriormente colocar para aprovação pelo plenário.
754 **Luciane Ituassú** informou que não seria possível apresentar um cronograma
755 completo devido à falta de definições concretas no momento. Ela mencionou que
756 apenas poderia destacar as próximas fases que precisariam ser observadas,
757 com o objetivo de fornecer informações aos presentes. Também prometeu
758 elaborar um documento mais visual, semelhante a uma apresentação de slides,
759 que seria enviado por e-mail a todos os membros do grupo administrativo,
760 facilitando o acesso pelo celular, se necessário. Considerando as discussões de
761 hoje, houve a intenção de aprovar o PAAR, porém a decisão foi suspensa e ficou
762 em espera. O próximo passo será avaliar a viabilidade das escutas no interior.
763 Após essa etapa, está prevista a aprovação final do PAAR, seguida pela sua
764 publicação no Diário Oficial do Estado. Após a aprovação final do PAAR e sua
765 publicação no Diário Oficial, assim como o registro das atas das escutas
766 realizadas através da plataforma TransfereGov na aba de relatório de gestão,
767 nossa fase junto ao Ministério será encerrada neste primeiro momento. A partir
768 daí, como executivo, precisaremos dar continuidade aos próximos passos
769 necessários. O próximo passo seria a elaboração das minutas e sua
770 subsequente disponibilização para consulta pública. A data para a realização da
771 consulta pública ainda precisa ser determinada. A Secretaria planeja conduzir



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

772 uma reunião envolvendo todos os servidores, incluindo o CONEC, para discutir
773 esses assuntos. Para a equipe apresentar novamente a lei e dar uma breve
774 explicação de como se dará o andamento dela dentro da instituição, até mesmo
775 para os fazedores de cultura, quando provocarem qualquer funcionário, qualquer
776 conselheiro, ter condição de respondê-lo dos próximos passos e as políticas que
777 serão adotadas. Luciane mencionou que a partir desse ponto, eles precisariam
778 iniciar o planejamento das ações junto ao CETAM, que se configuram nas
779 atividades de sensibilização do CPF. Ela também comentou que aproveitaria
780 para mencionar que a doutora Anne está em Salvador acompanhando o evento
781 da cultura viva, destacando essa conexão. Foi comunicado a Luciane que o
782 prazo para o PAA do CPF será prorrogado, embora ainda não haja uma data
783 específica estabelecida. O prazo original de 11 de julho foi considerado inválido,
784 e aguarda-se a divulgação de uma nova data. Acredita-se que uma nova
785 instrução sobre o Marco Regulatório será lançada em breve. Luciane informou
786 que foi comunicado à doutora Anne Paiva que o prazo do PAAR do CPF será
787 prorrogado, mas ainda não há uma data definida para isso. Portanto, o prazo
788 inicial de 11 de julho pode ser considerado sem efeito, aguardando-se a
789 divulgação de uma nova data. A expectativa é que uma nova instrução,
790 possivelmente relacionada ao Marco Regulatório, seja elaborada para esclarecer
791 os próximos passos. Foi observado que o texto do edital não contempla de forma
792 abrangente todos os passos que os proponentes precisam seguir para se
793 credenciar como avaliadores. Especialmente no contexto do Amazonas, onde
794 muitas questões não dependem exclusivamente de uma Secretaria. Foi
795 destacado que o credenciamento de avaliadores envolve um trabalho conjunto
796 com várias secretarias. Este processo é crucial, pois conduz à contratação de
797 serviços essenciais para o estado. O Centro de Serviços Compartilhados,
798 responsável pelas licitações do estado, desempenha um papel fundamental
799 nesse processo. Ela informou que é solicitado o cadastramento junto ao sistema
800 de fornecedores do Amazonas para o credenciamento de avaliadores.
801 Reconheceu que essa exigência não foi prevista de forma clara no edital que ela
802 escreveu para o credenciamento. Explicou que na época da redação do edital,
803 durante a transição da lei 14.133, o sistema do CSC não estava adequado para
804 o credenciamento. Por isso, ela decidiu não incluir essa redação, o que agora
805 está prejudicando o processo. Portanto, ela precisa revogar o edital de
806 credenciamento atual e elaborar um novo para avaliadores. Explicou que devido
807 a esse problema, já está trabalhando nas minutas para enviar à Procuradoria
808 Geral do Estado para consulta e revisão. O objetivo é retomar o processo e
809 seguir os trâmites necessários. Além disso, será necessário planejar a
810 participação dos conselheiros na comissão de seleção e dar continuidade ao
811 processo. Paralelamente, também é essencial planejar a divulgação das ações
812 que serão realizadas no interior. Paralelamente, está sendo promovida
813 internamente a atualização do cadastro estadual de cultura, em conformidade
814 com a Instrução Normativa número 10 do Ministério da Cultura. Esta atualização



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

815 está em fase final para apresentação. Quando tudo estiver em ordem e todas as
816 aprovações forem obtidas, será necessário incentivar os fazedores de cultura a
817 atualizarem seus cadastros. Isso envolverá incluir informações adicionais que já
818 deveriam estar presentes no cadastro, como autodeclaração, orientação e
819 gênero, aspectos que não foram contemplados anteriormente nas inscrições dos
820 editais. Para garantir que todas as informações estejam de acordo com as
821 exigências da normativa, está sendo feita uma atualização interna do cadastro.
822 Para isso, será necessário planejar ações de comunicação, incluindo vídeos e
823 mídias, direcionadas aos fazedores culturais para incentivá-los a atualizar seus
824 cadastros. Além disso, será crucial elaborar um cronograma de fases para
825 orientar o processo de atualização. Após encerrar a consulta pública, será
826 possível elaborar um cronograma detalhado com datas definidas para cada fase.
827 Isso incluirá o lançamento do edital, o período de inscrição, o período de recurso,
828 o período de avaliação, o período de novo recurso, o período de contemplação
829 e o período de formalização do termo e pagamento. Ela acredita que, de maneira
830 geral, o processo se resume a esses pontos. Ela se comprometeu a criar uma
831 tabela semelhante ao calendário usado para outras atividades e enviar para
832 todos os envolvidos. Isso ajudará a manter todos alinhados com os passos que
833 ainda precisam ser adotados. Perguntou se conseguiu explicar tudo de forma
834 clara e se houve compreensão de todos. **O Conselheiro André Durand**
835 expressou preocupação de que a atualização do cadastro não seja perdida e
836 que isso não resulte em prejuízo para o processo. Ele lembrou que no ano
837 passado foi prometida uma reunião com o Presidente do Conselho, Conselheiro
838 Elson, para discutir detalhes sobre o cadastro e evitar perdas de informações
839 importantes. **Luciane Ituassú** respondeu ao Conselheiro André, afirmando que
840 já tomou nota da questão e se comprometeu a retomar a reunião que ele e o
841 Presidente do Conselho deveriam ter tido sobre o cadastro. Solicitou que
842 aguardem até que o sistema seja configurado para abrir e mostrar a todos de
843 forma organizada. Após isso, planeja promover uma apresentação. **O**
844 **Conselheiro André Durand** mencionou que o levantamento foi realizado por
845 todos os conselheiros da sociedade civil para identificar os membros da
846 comissão avaliativa e compreender a metodologia utilizada na avaliação desses
847 cadastros. Ele destacou a importância de alinhar essas informações,
848 especialmente considerando a normativa que aborda questões de gênero.
849 **Luciane Ituassú** esclareceu que, ao mencionar gênero e heteroidentificação, o
850 cadastro serve para que as pessoas declarem suas informações. No entanto,
851 nos editais, continuarão sendo realizadas as devidas validações dessas
852 informações. **O PRESIDENTE** mencionou que o cadastro dos avaliadores
853 realizado no passado será perdido devido à nova lei de licitações. Será
854 necessário refazer esse cadastro, transformando-o em um sistema permanente
855 a partir deste ano. Ele esclareceu que esse cadastro não se trata do cadastro
856 estadual de cultura. **Luciane Ituassú** explicou que está se referindo à
857 atualização do cadastro estadual de cultura, que inclui fazedores culturais e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

858 avaliadores. Ela mencionou que já deu entrada no pedido de revogação do edital
859 anterior e que será necessário elaborar um novo edital de credenciamento.
860 Destacou a importância da Instrução Normativa número 10 do Ministério da
861 Cultura, que orienta sobre ações afirmativas para grupos como LGBT, indígenas,
862 negros e pessoas com deficiência. Ela observou que, muitas vezes, as pessoas
863 não respondem todas as perguntas necessárias ao fazerem o cadastro estadual
864 de cultura. Explicou que algumas perguntas do cadastro foram transferidas para
865 a inscrição do edital. Ela mencionou que, durante as escutas setoriais, como na
866 do audiovisual, houve demandas dos participantes sobre essa duplicidade. Os
867 fazedores de cultura precisam fazer o cadastro inicial e depois repetir as
868 informações no momento da inscrição nos editais. A proposta é que a
869 atualização desse cadastro traga de uma forma completa todos os itens que
870 precisam ser respondidos por esses fazedores. Até mesmo porque, a partir daí
871 consegue gerar dados. Para entender esses impactos que são sofridos nos
872 fazedores culturais para apresentar para o Ministério no edital. Quando eles
873 forem fazer a inscrição, a proposta é que ele se preocupe exclusivamente em
874 escrever projeto. Não precisa mais se preocupar com documento, com
875 declaração, pelo menos até o momento. A secretaria está trabalhando para que
876 fique tudo alinhado para que o fazedor se preocupe na hora do edital
877 exclusivamente com o projeto. **O PRESIDENTE** questionou se o novo cadastro
878 dos avaliadores será permanente e atenderá ao novo edital. **Luciane Ituassú**
879 esclareceu que o edital de credenciamento dos avaliadores será projetado para
880 atender tanto aos editais da Secretaria quanto aos editais do fundo. Ela
881 mencionou que estão preparando um novo edital robusto e esperam que seja
882 bem-sucedido, permitindo o uso desses avaliadores em futuros processos, até o
883 final da PNAB, até os 5 anos. E lembrando que o edital de credenciamento ele
884 não fecha, ele fica de forma permanente, aberto. Então, durante os processos
885 que se novas pessoas quiserem se inscrever para serem analisadas, para serem
886 credenciadas e passíveis de serem avaliadores, esse processo continuará, mas
887 só essa pessoa que vier, que se escrever lá na frente, ela só vai ser usada para
888 as demandas futuras. **O PRESIDENTE** perguntou se alguém gostaria de se
889 manifestar. Em seguida, solicitou que a assessoria elaborasse um pré-
890 cronograma das etapas seguintes e o repassasse aos titulares e suplentes para
891 apreciação. Ele então passou para o próximo item da pauta, que é o saldo
892 atualizado da LPG. **O conselheiro André Durand** informou que o próximo item
893 da pauta é o item 6, que trata do saldo atualizado da LPG. Em seguida,
894 mencionou o item 7, que aborda a atualização dos editais mestres e do
895 audiovisual, incluindo o valor remanescente e a formação da comissão legislativa
896 para atualização da lei do CONEC. Ele destacou que o item 5 foi suprimido da
897 pauta. **O PRESIDENTE** convidou a assessoria para apresentar o saldo existente
898 na conta do fundo e conduzir as explicações necessárias, além de responder às
899 dúvidas dos presentes que solicitarem a palavra. Em seguida, suspendeu a
900 moderação por 10 minutos. **Luciane Ituassú** apresentou o saldo existente na



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

901 conta do fundo, informando que havia um montante de R\$ 2.641.721,00 até o
902 último dia de junho. Ela explicou que a consulta foi realizada em 3 de julho e que
903 a conta permite visualizar o saldo até esta data. No histórico apresentado,
904 destacou-se o saldo mensal de junho, datado de 28 de junho. Apesar de ser
905 consultado em julho, a conta só fornece informações referentes aos fechamentos
906 anteriores. **O conselheiro André Durand** perguntou aos demais conselheiros
907 se teriam alguma explicação sobre o saldo atualizado. Ele então solicitou à
908 doutora Luciane que minimizasse a tela. **Luciane Ituassú** explicou que o das
909 demais linguagens estão com esse valor R\$. 1.220.926,27. **O conselheiro**
910 **André Durand** disse que deu uma subida também, esse valor. Em seguida
911 perguntou se algum conselheiro quer fazer alguma colocação a respeito dos 2
912 valores atualizados do saldo da LPG. Não havendo, agradeceu a explanação da
913 assessoria e passou para o item 7. Atualização do edital Mestres e Mestres E
914 edital de audiovisual valor remanescente da LPG. **Luciane Ituassú** perguntou
915 ao conselheiro Pedro se ele já havia fornecido o retorno sobre o setor
916 audiovisual. Ela mencionou que o setor precisava informar se iriam lançar editais
917 específicos ou se optariam por editais conjuntos com outras linguagens. **O**
918 **presidente** explicou que foi realizada uma consulta setorial e decidido por
919 votação que preferiam lançar um novo edital. Ele solicitou ao administrativo que
920 enviasse a transcrição da reunião por e-mail, conforme passado a ele, para que
921 pudesse também preparar um resumo e repassar as informações. Mencionou
922 que a doutora Anne Paiva solicitou informações sobre os principais itens do
923 edital, como os segmentos de formação e desenvolvimento, e que tudo isso seria
924 detalhado. Assim, já poderiam começar a trabalhar nesse novo edital. **Luciane**
925 **Ituassú** perguntou aos presentes sobre o edital, mencionando que, nas
926 conversas anteriores, foi discutido um valor de R\$ 30.000 para a contemplação.
927 Ela pediu para ser corrigida caso estivesse equivocada. **O conselheiro André**
928 **Durand** sugeriu ao presidente que o administrativo transcrevesse desde a
929 discussão com o ex-conselheiro Everaldo, quando foi proposto e discutido o
930 edital que foi aprovado. Ele recomendou fazer isso como uma recapitulação para
931 não perder tempo, sugerindo que o presidente avançasse para o item oitavo da
932 pauta até que tivessem essa informação. **Luciane Ituassú** informou que a
933 conselheira Lucimar confirmou no chat que o valor seria de R\$ 30.000, porém o
934 administrativo ainda verificará a transcrição para garantir o respaldo completo
935 sobre essa decisão. Além disso, mencionou que era necessário entender o
936 posicionamento da doutora Anne, que estava trabalhando na minuta do edital.
937 Ela expressou que ainda não havia muitos detalhes para apresentar porque
938 precisavam compreender das demais linguagens se os mestres seriam
939 categorizados, como "O Mestre/Mestra para dança", "O Mestre/Mestra para
940 música", "O Mestre/Mestra para audiovisual", "O Mestre/Mestra para literatura",
941 ou se seria uma categorização livre. **O conselheiro André Durand** sugeriu ao
942 presidente que seria interessante retirar o próximo item da pauta e adiá-lo para
943 a próxima reunião, marcada para o dia 10. Ele enfatizou que seria benéfico



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

944 amadurecer mais essa questão antes de avançarem, e então poderiam
945 prosseguir diretamente para o item oitavo da agenda. **O PRESIDENTE** disse que
946 aguardariam a resposta do administrativo e, para agilizar o processo das pautas,
947 passariam para o item oitavo da agenda. Ele mencionou que a formação da
948 comissão legislativa para a atualização da lei do CONEC seria colocada como
949 um ponto extraordinário na reunião do dia 10. **O conselheiro André Durand**
950 solicitou que o presidente convidasse o ex-conselheiro Everaldo para contribuir
951 na próxima reunião extraordinária, especialmente sobre a proposta que havia
952 sido iniciativa dele e que o colegiado apoiou. Ele enfatizou que seria mais
953 significativo para todos ouvirem diretamente a opinião dele. Além disso, o
954 conselheiro Maick mencionou que Urucurituba possui um grande número de
955 artesãos reconhecidos como mestres e mestras no município, sugerindo que
956 esses artesãos também fossem incluídos na categorização de mestres. **O**
957 **PRESIDENTE** afirmou que o convite ao ex-conselheiro Everaldo será muito bem-
958 vindo, mas destacou que o edital já está completamente avançado. Ele
959 mencionou que a proposta do conselheiro foi aprovada e agora precisam definir
960 os valores e decidir se o edital será segmentado por áreas específicas. Enfatizou
961 que é crucial deliberar sobre como o edital será estruturado antes da consulta
962 pública, considerando que ele abrange várias linguagens. Ele expressou que
963 categorizar por mestres e mestras implica entender quantos prêmios poderão
964 ser concedidos com o valor atualizado e como isso será distribuído entre os
965 diferentes segmentos. No entanto, ele reconheceu que isso pode ser arriscado,
966 pois alguns segmentos podem não ser contemplados adequadamente, o que
967 poderia demandar ajustes frequentes. **Luciane Ituassú** fez um cálculo rápido,
968 onde pegou o valor de R\$ 1.220.926,27 e dividiu por 30, chegando a
969 aproximadamente 40 a 41 mestres, para ser mais exato. **O PRESIDENTE** disse
970 que até a publicação do edital poderia haver mudanças no número de prêmios,
971 possivelmente chegando a cerca de 41 prêmios no total. Ele lembrou que o valor
972 de R\$ 30.000 já foi aprovado e propôs que a discussão se concentrasse agora
973 em decidir se os prêmios seriam categorizados e, em caso afirmativo, quais
974 seriam essas categorias. Ele abriu espaço para os presentes manifestarem suas
975 opiniões sobre o assunto. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** expressou a
976 necessidade de dar mais agilidade à reunião atual. Ele destacou que já houve
977 discussão prévia sobre os valores e que agora deveriam focar apenas na
978 segmentação por categorias. Se houver recursos remanescentes, poderiam ser
979 realizados ajustes adicionais posteriormente. Ele enfatizou a importância de
980 acelerar o processo e evitar ficar presos em discussões que não avançam,
981 evitando transformar a reunião em uma simples marcação de outra reunião, sem
982 chegar a lugar nenhum. **O PRESIDENTE** pediu desculpas ao conselheiro e
983 afirmou que está fazendo o máximo para agilizar as decisões. No entanto, devido
984 a algumas discordâncias e falta de consenso, seria necessário marcar outra
985 reunião para resolver essas questões. Ele expressou que gostaria de decidir tudo
986 naquela reunião, mas reconheceu que não seria possível. Então perguntou se



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

987 alguém gostaria de defender a discussão sobre os segmentos da pauta. **O**
988 **conselheiro André Durand** reiterou sua proposição e concordou que o valor de
989 R\$ 30.000 já havia sido aprovado, focando agora na definição dos valores para
990 cerca de 41 projetos, conforme mencionado pela doutora. Ele sugeriu que seguir
991 a sugestão de adiar para a próxima reunião poderia ajudar a avançar nas
992 discussões. André também recomendou que o presidente, se conduzisse a
993 próxima sessão, considerasse a possibilidade de agrupar as propostas por
994 bloco, o que economizaria tempo e permitiria mais tempo para deliberações,
995 talvez aumentando o tempo de fala para os participantes no bloco. Ele concluiu
996 aguardando o chamamento para o item 8 da pauta, sobre a formação da
997 Comissão Legislativa e a Atualização da Lei do CONEC. **O PRESIDENTE**
998 sugeriu que decidissem logo se vai ser por segmento ou livre. Propôs que
999 pudessem votar pelo menos uma decisão naquela reunião. **O conselheiro**
1000 **André Durand** apontou que a conselheira Lucimar sugeriu que inicialmente
1001 eram 50.000 mil reais, mas que esse valor foi reduzido para 30.000 mil para
1002 contemplar mais mestres por segmento. André observou que alguns mestres
1003 poderiam ficar de fora com essa configuração. **O PRESIDENTE** colocou em
1004 votação duas propostas: a primeira, que o edital seja feito por segmento artístico;
1005 e a segunda, que o edital seja feito de forma livre. Ele destacou que optar pela
1006 segunda proposta permitiria à doutora Anne Paiva começar a trabalhar no edital
1007 imediatamente para agilizar sua publicação. **O conselheiro André Durand**
1008 propôs iniciar a votação sobre a primeira proposta do presidente. Ele perguntou
1009 quem vota a favor de que o edital fosse por segmento, solicitando que os
1010 membros levantassem a mão. Registrou 02 votos a favor de que o edital seja por
1011 segmento. Perguntou quem vota a favor de que o edital seja de forma livre, que
1012 levante a mão. Registrou 07 votos. **O PRESIDENTE** contabilizou o voto da Érica,
1013 que registrou no chat. Com isso, foram 8 votos a favor da proposta de que o
1014 edital seja feito de forma livre, sem segmentos específicos. Ele anunciou que a
1015 proposta estava aprovada nesses termos. **Luciane Ituassú** propôs que fosse
1016 verificado quem deseja fazer parte da comissão e, a partir disso, estabelecer um
1017 calendário para realizar as reuniões necessárias. Ela sugeriu que fossem
1018 revisadas tanto a lei do CONEC quanto a lei do fundo, juntamente com seus
1019 regimentos e decretos regulamentadores. O objetivo seria fazer uma análise
1020 detalhada para identificar o que está funcionando bem, o que precisa ser
1021 melhorado, o que deve ser retirado, reformulado ou incluído, enfatizou que esse
1022 processo não pode ser realizado rapidamente, pois requer um tempo adequado
1023 para elaborar uma minuta de projeto de lei com cuidado e maturidade. Ela
1024 destacou que é crucial enfrentar todas as complexidades e nuances envolvidas
1025 nesse processo com calma e rigor. Enfatizou que a legislação atual não tem
1026 gerado muita satisfação, tanto para os conselheiros titulares quanto para os
1027 conselheiros suplentes. Ela argumentou que é crucial amadurecer essas
1028 normativas para que possam trazer benefícios tanto para os conselheiros,
1029 melhorando seu desempenho e autonomia em seus trabalhos, quanto para os



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1030 artistas e realizadores que são diretamente impactados pelas decisões do
1031 conselho. **O PRESIDENTE** informou que Ludimar se colocou na comissão. Ele
1032 mencionou outros nomes como Dudson, Wellisson Batista, Lucimar Marques,
1033 Álvaro manifestou interesse no chat, levantando a mão, e pediu confirmação dele
1034 para inclusão na comissão. Além disso, o presidente também expressou
1035 interesse em participar dessa iniciativa. Seria interessante que a SEFAZ
1036 participasse para que fosse possível entender melhor esses processos.
1037 Mencionou que é importante incluir alguém da assessoria de políticas culturais
1038 na comissão. **Luciane Ituassú** mencionou que tem relacionado para a comissão
1039 os nomes de Ludimar, Dudson, Mestre Camaleão, Álvaro, Pedro e a assessoria
1040 de políticas culturais. **O PRESIDENTE** perguntou se tínhamos membros da
1041 assembleia legislativa presentes. **Luciane Ituassú** respondeu que tem membros
1042 da assembleia legislativa no conselho, embora não tenha certeza se estão na
1043 reunião. **O PRESIDENTE** sugeriu que o ideal seria sensibilizar esses
1044 conselheiros. **O conselheiro Dudson** sugeriu que seria interessante que esses
1045 órgãos estivessem automaticamente representados na comissão, dado que
1046 envolve negociações com a SEFAZ e a ALEAM. Ele argumentou que isso
1047 deveria ser obrigatório, não opcional, e que seria importante discutir com os
1048 colegas a necessidade de ter representantes desses órgãos participando
1049 ativamente das tratativas. **O PRESIDENTE** sugeriu que seria interessante incluir
1050 representantes da Assembleia Legislativa, da SEFAZ e, se possível, da
1051 Procuradoria Geral do Estado na comissão. Ele perguntou aos presentes sobre
1052 ter reuniões periódicas semanais. **O conselheiro André Durand** mencionou que
1053 seria interessante ter três reuniões por semana, pois isso permitiria avançar mais
1054 rapidamente nos trabalhos da comissão. **O conselheiro Dudson Carvalho**
1055 expressou apoio à ideia de realizar uma força-tarefa, dedicando uma semana
1056 intensiva para acelerar e colocar tudo em dia nos trabalhos da comissão. Ele
1057 enfatizou a urgência de avançar, considerando a proximidade de prazos
1058 importantes. **O PRESIDENTE** propôs agendar a primeira reunião para o dia 15,
1059 considerando os compromissos já agendados para a semana seguinte nos dias
1060 9, 10 e 11. Ele perguntou se todos concordavam. **O conselheiro Dudson**
1061 **Carvalho** concordou com a proposta. **O PRESIDENTE** então perguntou ao
1062 conselheiro Maick se ele gostaria de participar da comissão para equilibrar a
1063 representação regional. Parte superior do formulário **O conselheiro Maick**
1064 expressou sua disposição em contribuir, apesar de estar preocupado com a
1065 quantidade de tarefas que já possui. Ele mencionou que pode contribuir
1066 significativamente, especialmente nas articulações com os deputados na
1067 assembleia. Ele deixou claro que está aberto para ajudar, mesmo que seu nome
1068 não esteja formalmente registrado na comissão, deixando a decisão de inclusão
1069 para os demais membros. **O PRESIDENTE** destacou que não se pode deixar um
1070 articulador tão importante como o conselheiro Maick fora desse processo. Ele
1071 considerou que o assunto já foi deliberado e sem mais dúvidas confirmou a
1072 formação da comissão com os nomes mencionados. Em seguida, encerrou a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1073 pauta oficial e abriu para os **ASSUNTOS GERAIS** de interesse do conselho,
1074 concedendo dois minutos para manifestações sobre temas e assuntos sem
1075 caráter deliberativo. Estão abertas as inscrições. **O conselheiro André Durand**
1076 lembrou ao presidente que os suplentes agora têm direito a fala, conforme
1077 mencionado no início da reunião. Ele informou que o conselheiro Maick já se
1078 inscreveu para falar, seguido pelo Álvaro, ressaltando o tempo de 2 minutos. **O**
1079 **conselheiro Maick** expressou seu registro sobre o ocorrido em Urucurituba,
1080 referindo-se à situação divulgada na mídia sobre o cancelamento das atrações
1081 da festa do cacau pelo Ministério Público. Ele lembrou de uma reunião do ano
1082 passado com o ex-conselheiro Everaldo Barbosa, onde discutiram a questão das
1083 atrações nacionais em festividades do interior. Explicou que o promotor entrou
1084 com uma ação judicial, posteriormente acatada pelo juiz do município
1085 suspendendo as atrações nacionais Nadson Feirinha e Manu Batidão, que
1086 estavam programadas para a festa do cacau de 10 a 13 de junho. O ex-
1087 conselheiro Everaldo Barbosa questionou a importância dessas atrações,
1088 destacando sua preocupação com a participação e valorização dos fazedores de
1089 cultura locais. Na época, expliquei a ele, e agora para todos vocês, que a
1090 presença de atrações nacionais em eventos como o da festa do cacau em
1091 Urucurituba, e em qualquer município, é crucial porque estimula a economia local
1092 e tem um impacto positivo no turismo. Nas festas do cacau, como as que ocorrem
1093 em Urucurituba, existem famílias que dependem dos quatro dias do evento para
1094 gerar renda, algo que não conseguem durante o restante do ano. Essas famílias
1095 incluem mototaxistas, vendedores ambulantes e o setor hoteleiro. Está
1096 comprovado que cada 1 real investido em cultura resulta em um retorno de pelo
1097 menos 3 reais, o que também beneficia os artistas locais. Além disso, a presença
1098 de uma atração nacional atrai público, contribuindo para a geração de público no
1099 evento. Dessa forma, a contratação de atrações nacionais não apenas justifica-
1100 se economicamente, mas também fortalece a cultura local, que por si só já é
1101 fundamental. Nos últimos anos, temos enfrentado a suspensão das atrações
1102 nacionais nas festas do cacau em Urucurituba. O motivo dessa suspensão,
1103 conforme o promotor, foi a falta de remédios na UBS em um dia específico em
1104 que ele visitou a cidade, além da existência de buracos nas ruas. Esses
1105 problemas são comuns não apenas em Urucurituba, mas em várias localidades,
1106 incluindo Manaus, que possui recursos maiores. A ausência de qualquer recurso
1107 em qualquer setor acaba penalizando a cultura local repetidamente. Essa
1108 questão está sendo levantada aqui nesta reunião do conselho porque é uma
1109 pauta que pode ganhar ainda mais relevância para futuras discussões no
1110 conselho. Destacou que muitos dos presentes são representantes engajados da
1111 categoria e defensores dos fazedores de cultura, incluindo ele próprio. Ele
1112 enfatizou que Urucurituba tem sido proativo nesse sentido, oferecendo espaço
1113 para todos os artistas e artesãos locais, com mais de 30 atrações sendo
1114 organizadas para a festa. Maick ressaltou a importância das atrações nacionais
1115 para aquecer a economia local durante eventos como a festa do cacau, onde as



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1116 famílias têm a oportunidade de gerar renda em um curto período de tempo, algo
1117 crucial para mototaxistas, vendedores ambulantes e setores de hotelaria. Ele
1118 explicou que a contratação de artistas nacionais não apenas atrai público, mas
1119 também contribui significativamente para o desenvolvimento econômico da
1120 região. Expressou preocupação com a suspensão repetida das atrações
1121 nacionais nos últimos três anos, citando motivos como a falta de medicamentos
1122 em unidades de saúde e a condição precária das ruas, questões que afetam não
1123 apenas Urucurituba, mas diversas localidades. O conselheiro reforçou o
1124 compromisso de valorizar os artistas locais e regionais, enquanto ressaltou que
1125 a presença de atrações nacionais complementa essa valorização, gerando
1126 benefícios econômicos e culturais para a comunidade. Ele finalizou destacando
1127 a disponibilidade para esclarecer quaisquer dúvidas e continuar o diálogo sobre
1128 esse tema importante para a cultura local. **O conselheiro André Durand**
1129 perguntou se a Conferência Municipal de Cultura em Urucurituba incluiu uma
1130 proposta semelhante àquela adotada em Itacoatiara e outros municípios, onde
1131 40% das atrações nacionais foram contratadas e a maioria das atrações locais,
1132 60%. **O conselheiro Maick** perguntou sobre o significado das porcentagens
1133 mencionadas (60% e 40%). **O conselheiro André Durand** mencionou que em
1134 conferências municipais como a de Itacoatiara, foi proposta que apenas 40% das
1135 atrações contratadas fossem de nível nacional, enquanto 60% deveriam ser
1136 atrações regionais do próprio município. Ele destacou a importância de resgatar
1137 essa proposta durante as discussões da conferência atual, sugerindo que isso
1138 poderia ser um argumento válido ao dialogar com o procurador do município. Ele
1139 enfatizou a necessidade de equilibrar as oportunidades para os artistas locais,
1140 apesar das vantagens competitivas que artistas nacionais frequentemente
1141 possuem, destacou que atualmente, um prestador de serviço do município pode
1142 levar de 1 a 2 meses para receber seu pagamento da prefeitura, enquanto uma
1143 atração nacional contratada geralmente recebe mais rapidamente. Ele sugeriu
1144 que seria vantajoso resgatar as discussões da conferência municipal para
1145 fortalecer os argumentos em favor da equidade. Isso seria especialmente útil
1146 para casos em que haja resistência em contratar atrações locais, permitindo uma
1147 comparação justa entre as necessidades e benefícios de ambos os grupos,
1148 evitando comparações desiguais entre "um buraco" e uma atração nacional. **O**
1149 **conselheiro Maick** comentou que não se lembra se a proposta mencionada foi
1150 aprovada, mas afirmou que 100% dos cantores e bandas locais estão incluídos
1151 na programação. Ele destacou que em Urucurituba talvez haja mais artistas de
1152 Itacoatiara contratados do que da própria cidade, brincando sobre a quantidade
1153 de artistas que são trazidos de outras regiões. Ele enfatizou que a prefeitura de
1154 Itacoatiara tem feito um trabalho significativo nesse aspecto, mas que ainda
1155 assim há uma proporção considerável de artistas locais e regionais na
1156 programação. Mencionou que essas atrações geralmente são pagas
1157 antecipadamente ou logo após suas apresentações, demonstrando uma
1158 preocupação com a valorização e o suporte aos artistas locais e regionais. **O**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1159 **PRESIDENTE** destacou a importância da valorização dos artistas locais e
1160 regionais, reconhecendo também a relevância de trazer artistas nacionais. Ele
1161 observou que o custo para contratar artistas nacionais pode ser significativo, às
1162 vezes na faixa de R\$. 500.000, uma verba que poderia beneficiar vários artistas
1163 locais. Ele mencionou que a população anseia por novidades, embora já aprecie
1164 os artistas locais ao longo do ano. O presidente expressou confiança na
1165 Secretaria em lidar conscientemente com essa questão, enfatizando a
1166 importância de encontrar um meio-termo para garantir que a proposta inicial para
1167 a festa do município não seja comprometida. **O conselheiro Ludimar Kokama**
1168 solicitou que a minuta referente à questão das cotas fosse colocada como pauta
1169 principal na próxima reunião ordinária, mencionando que havia pedido ao
1170 secretário anteriormente, mas não foi incluída. **Luciane Ituassú** observou que
1171 quando o conselheiro Ludimar Kokama menciona "próximo ao ordinário", ele se
1172 refere ao próximo mês. **O conselheiro Ludimar Kokama** explicou que isso se
1173 deve a questionamentos surgidos entre os pares conselheiros, relacionados a
1174 demandas surgidas durante o seminário. Ele indicou que a questão de
1175 equiparação mencionada envolve 25%. Que vem da PNAB para o povo negro
1176 perguntou se no documento estava contemplada a possibilidade de equiparação
1177 para os povos indígenas do estado do Amazonas, mencionando que, segundo
1178 informações do Ministério da Cultura em Brasília, essa equiparação seria de
1179 10%. **O conselheiro Ludimar Kokama** expressou sua opinião de que não se
1180 trata de equiparação, mas sim de estabelecer proporções específicas, como
1181 25% para indígenas e 10% para negros no estado do Amazonas. Ele destacou
1182 que essa distribuição contribuiria para alcançar um total de 55% das cotas,
1183 reservando 45% para a ampla concorrência, o que é menor do que os 60%
1184 estipulados pela legislação para essa categoria. Solicitou que isso seja
1185 claramente especificado no documento, enfatizando a importância dessa
1186 definição para a política cultural local. **Luciane Ituassú** disse que tomaria nota
1187 da consideração. Ela adiantou que, quando o documento foi elaborado, ele
1188 refletiu o cenário específico do Amazonas, mas ressaltou que busca-se uma
1189 equiparação nacional. Luciane expressou a visão de que é difícil para o
1190 Ministério da Cultura legislar de forma individualizada para cada estado,
1191 indicando que qualquer proposta deve considerar uma abordagem que atenda
1192 nacionalmente. **O conselheiro Dudson Carvalho** reforçou o ponto levantado
1193 por Ludimar e solicitou informações sobre como é feita a divisão de percentuais
1194 para negros e indígenas na Bahia. Ele questionou se a mesma proporção de
1195 25% para negros e 10% para indígenas é aplicada de forma consistente em todo
1196 o Brasil, incluindo na Bahia. Argumentou que essa distribuição é justa,
1197 destacando que a maioria da população na Bahia é negra, o que justifica a
1198 alocação de recursos nesses termos. Ele ressaltou que seguir o exemplo da
1199 Bahia, onde essa política já está em prática, seria adequado, considerando as
1200 diferenças regionais entre o norte e o nordeste do Brasil em relação às
1201 populações indígenas. **Luciane Ituassú** esclareceu que a referência à Bahia é



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1202 comum devido à origem da ministra, mas ressaltou que as leis são feitas com
1203 caráter nacional e aplicáveis a todos os estados. Ela mencionou que o Ministério
1204 da Cultura dificilmente legisla de forma individualizada para cada região, e que
1205 qualquer pleito deve considerar essa abordagem nacional. Expressou a
1206 dificuldade de adaptar normativas de forma personalizada para o Amazonas,
1207 mesmo reconhecendo a importância de considerar a realidade local. Ela sugeriu
1208 uma inversão nos percentuais, onde enquanto o restante do Brasil trabalha com
1209 25% para negros e 10% para indígenas, no Amazonas poderia ser proposto 20%
1210 para indígenas e 10% para negros. Destacou que a individualização de não
1211 seguir o mesmo trâmite nacional é algo difícil de se concretizar. Ela enfatizou
1212 que qualquer alteração na legislação provavelmente seria resultado de um
1213 pedido nesse sentido, mas ela não vê o Ministério da Cultura legislado de forma
1214 específica para o estado do Amazonas. Em vez disso, ela sugeriu que uma
1215 possível alteração poderia ser uma redistribuição dos percentuais, como por
1216 exemplo, mudar de 25% para negros para 15% para negros e 15% para
1217 indígenas. Explicou que qualquer modificação afetaria todos os estados, não
1218 apenas o Amazonas. explicou que todas as considerações feitas estão sendo
1219 anotadas, e que ela vai tomar posse do documento para melhorar a redação. Ela
1220 pretende apresentar o documento revisado para que todos possam avaliá-lo
1221 novamente. **O conselheiro Dudson Carvalho** sugeriu que seria necessário uma
1222 luta conjunta dos estados para promover mudanças. **O PRESIDENTE** declarou
1223 que as discussões impactam o plano nacional de certa forma. Assim, sem mais
1224 manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeceu a presença de
1225 todos e deu por encerrada essa 29ª Sessão Ordinária, pedindo ainda que seja
1226 providenciada a ata e encaminhada a minuta aos membros para a leitura, a qual
1227 será aprovada no expediente das próximas reuniões, com posterior e
1228 encaminhamento para arquivamento na Secretaria geral do CONEC, visando
1229 registro nos arquivos do conselho.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO
Presidente – 29ª Sessão Plenária Ordinária

MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA
Secretário Geral – 29ª Sessão Plenária
Ordinária

LISTA DE PRESENÇA

DE FORMA REMOTA

1. Elson da Silva Rocha – Titular representante da Cadeira de Folclore e Carnaval
2. Menciús Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da Cadeira de Música
3. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da Cadeira de Teatro
4. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da Cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica
6. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de Literatura
7. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

8. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da Cadeira de Cultura Indígena
9. Vanderley Pinheiro – Titular representante da Cadeira de Circo
10. Wellisson Brito Batista – Titular representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente
11. Bjarne Lima Furtado – Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar
12. Cristina Helena Maia de Oliveira – Representante da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas-Sefaz
13. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento do Estado do Amazonas-Afeam
14. Maick José Tavares – Titular representante das Secretarias Municipais de Cultura do Estado do Amazonas
15. Érica dos Santos Nascimento – Superintendência da Zona Franca de Manaus-Suframa

AUSÊNCIA JUSTIFICADA

16. Marcos Apolo Muniz de Araújo – Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa-Sec e Presidente do Conselho Estadual de Cultura-Conec
17. Luiz Carlos de Matos Bonates – Secretário Executivo de Estado de Cultura e Economia Criativa-Sec e Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura-Conec
18. Lena Emmanuelle Moreira Pampoulha – Empresa Estadual do Turismo do Amazonas-Amazonastur
19. Roberto Sá Gomes - Comissão de Promoção Social e Cultural da Assembleia Legislativa do Amazonas.

AUSENTES

20. Wellington Douglas dos Santos Dias – Titular da Universidade do Estado do Amazonas-Uea
21. Representante da Fundação Estadual dos Povos Indígenas.

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS

22. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica-Sec
23. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica-Sec

EQUIPE JURÍDICA E ADMINISTRATIVA CONEC

24. Sérgio Cruz – Assessor Jurídico;
25. Symone Farias – Técnica Administrativa;
26. Jennyfer Balbi – Assistente Administrativa;

ELABORAÇÃO DA ATA

27. Vanuza Santos – Assistente Administrativa Equipe Conec;

TRANSCRIÇÃO

28. Luan Yano Figueiró – Estagiário Equipe Conec.
29. Andressa Chaves – Estagiária Equipe Conec